

Demonstrações Financeiras

MEZ 1 Energia S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

MEZ 1 Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balço patrimonial 7

Demonstração do resultado 8

Demonstração do resultado abrangente 9

Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 10

Demonstração dos fluxos de caixa 11

Notas explicativas às demonstrações financeiras 12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
MEZ 1 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 1 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para os assuntos abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 615.634 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.3, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esses assuntos

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.3, 3.3, 3.8 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 31 de março de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública dos assuntos, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que os assuntos não devem ser comunicados em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de abril de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O



Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

MEZ 1 Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.542	2.269
Concessionárias e permissionárias	5	1.753	-
Tributos e contribuições a compensar		419	238
Partes relacionadas - AC	10	551	550
Outros ativos circulantes		1.677	1.572
Ativo de contrato - AC	6	41.786	41.205
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		47.728	45.834
NÃO CIRCULANTE			
Caixa restrito	4	6.825	-
Ativo de contrato - ANC	6	573.848	462.336
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		580.673	462.336
TOTAL DO ATIVO		628.401	508.170
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	13.277	21.658
Empréstimos, financiamentos e debentures - PC	10	15.854	93.631
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		1.000	634
Adiantamento para futuro aumento de capital - PC	8	-	24.500
Provisão pré-operacionais	9	7.524	79
Provisão para ações judiciais	16	130	-
PIS e COFINS diferidos	11.1	1.525	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		39.310	140.502
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debentures - PNC	10	246.966	67.439
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	18.310	14.943
PIS e COFINS diferidos	11.1	20.995	18.379
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		286.271	100.761
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	204.500	76.043
Adiantamento para futuro aumento de capital - PL		5.500	-
Reservas de lucros		92.820	190.864
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		302.820	266.907
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		628.401	508.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 1 Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	14	110.755	297.074
Custo de Implementação de Infraestrutura	15	(202.552)	(166.177)
Custo de operação e manutenção	15	(74)	-
Resultado bruto		(91.871)	130.897
Administrativas e gerais		(258)	(79)
Resultado antes do resultado financeiro		(92.129)	130.818
Receita financeira	16	45	-
Despesas Financeiras	16	(1.296)	(80)
		(1.251)	(80)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(93.380)	130.738
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(1.297)	(1.591)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(3.367)	(9.150)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(98.044)	119.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 1 Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(98.044)	119.997
Total de resultados abrangentes	<u>(98.044)</u>	<u>119.997</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 1 Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Legal	Reserva de Lucros a realizar	Lucros/prejuízo acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		32.500	-	3.543	67.324	-	103.367
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	119.997	119.997
Aumento de capital	12	43.543	-	-	-	-	43.543
Reserva legal	12	-	-	6.000	-	(6.000)	-
Reserva lucros a realizar	12	-	-	-	113.997	(113.997)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		76.043	-	9.543	181.321	-	266.907
Aumento de capital	12	128.457	-	-	-	-	128.457
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	5.500	-	-	-	5.500
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(98.044)	(98.044)
Absorção do prejuízo	12	-	-	-	(98.044)	98.044	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		204.500	5.500	9.543	83.277	-	302.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 1 Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(98.044)	119.997
Encargos de empréstimos, financiamentos e debentures	21.580	23.153
Custos de captação	2.146	(1.058)
PIS e COFINS diferidos	4.141	11.254
IRPJ e CSLL diferidos	3.367	9.150
	(66.810)	162.496
Aumento nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(1.753)	-
Ativo de contrato	(113.260)	(308.330)
Impostos a recuperar	(182)	(210)
Partes relacionadas	-	(551)
Outros ativos	-	338
	(115.195)	(308.751)
Aumento nos passivos		
Fornecedores	(8.381)	14.368
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	367	(282)
Outras obrigações	8.636	52
	622	14.138
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(181.383)	(132.117)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	128.457	43.543
Adiantamento para futuro aumento de capital	(19.000)	24.500
Caixa restrito	(6.825)	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debentures	175.783	62.000
Amortização do principal e juros de empréstimos, financiamentos e debentures	(97.759)	(65.448)
	180.656	64.595
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(727)	(67.522)
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.269	69.791
Caixa e equivalentes no fim do exercício	1.542	2.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A MEZ 1 Energia S.A. (“Companhia” ou “Transmissora”), controlada pela MEZ T1 Transmissora e Participações S.A, que possui como controladora do Grupo econômico a MEZ Energia e Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2019 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, 1761 – 13º Andar – Cj 131, 132, 141, 142 – Indianópolis – São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2. Da Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 10/2020 – ANEEL, datado de 20 de março 2020, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Sapeaçu – Camaçari IV C1;
- LT 230 kV Camaçari IV – Pirajá C1/C2 e SE 230/69 kV Pirajá; e
- SE Camaçari II (Novo Pátio 69kV e Transformação 230/69 kV).

O projeto LT 500 kV Sapeaçu – Camaçari IV entrou em fase operacional a partir do dia 20 de outubro de 2023. As demais encontram-se fase de construção. As demais fases operacionais têm a expectativa de entrar em operação em junho de 2024.

O contrato de concessão assegura a Receita Anual Permitida (RAP) no montante de R\$ 37.063 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º ano da concessão

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional – continuação

1.1. Da Concessão—continuação

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

A Companhia encontra-se parcialmente em operação e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais.

Em 20 de Outubro de 2023, ocorreu a entrada em operação o Trecho LT 500 kV Sapeaçu – Camaçari IV C1, que representa 33,08% da RAP do contrato de concessão.

A Administração avalia constantemente a estrutura de capital e posição financeira da Companhia, preservando sempre a solidez e foco de longo prazo dos seus projetos. Essa avaliação é feita com base na avaliação da situação financeira da Companhia, que visa organizar a estrutura de capital durante a fase de construção e durante a fase de operação, sendo que cada fase possui riscos e custo de capital distintos.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional – continuação

1.2. Da Concessão—continuação

Nesse contexto, a visão da Companhia é de que seguindo o cronograma de projetos de energia além do iminente início da operação comercial das transmissoras, será avaliado as possibilidades a seguir: (i) emissão de novas dívidas de longo prazo e quitação dos empréstimos ponte de curto prazo, (ii) realização da gestão de caixa, realizando a equalização de capital dentro das Companhias do grupo para fins de cumprimento das obrigações com os devedores e (iii) aportes dos acionistas se necessário. A Administração considera que com o sucesso da implementação destas ações e início da operação e geração de receita, possui capacidade de continuar operando. Este é o ciclo padrão de mercado para uma empresa do ramo de transmissão de Energia e já está contemplado no modelo da companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

1.3. Encargos regulamentares

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) – Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) – Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Ministério de Minas e Energia (MME) – Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 1º de abril de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 8,4 %. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e concessionárias e permissionárias, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação

b) Ativo de concessão - contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.5. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

3.8. Reconhecimento de receita

b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 8,4 % que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.8. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

3.9. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.11. Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.12. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

3.13. Novas normas e interpretações--Continuação

3.13.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras.

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.

3.13.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	1.142	197
Aplicações financeiras em CDB	400	2.072
	<u>1.542</u>	<u>2.269</u>

As aplicações estão representadas por CDB de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 65% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), (65% a 103% em 31 de dezembro de 2022). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.

4.1 Caixa restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa restrito	6.825	-
	<u>6.825</u>	<u>-</u>

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionárias e permissionárias	1.753	-
	<u>1.753</u>	<u>-</u>

Os valores a receber, referem-se as operações desde 20 de outubro de 2023.

A vencer	1.753
	<u>1.753</u>

O montante de R\$ 6.825 classificado como caixa restrito, refere-se a uma conta garantia do contrato de financiamento com o Banco do Nordeste. O saldo em conta soma o valor do próximo pagamento a vencer.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Ativo de contrato

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial	503.541	195.213
Receita de Implementação de Infraestrutura líquida de Margem	112.067	264.399
Remuneração do Ativo de Concessão	2.872	43.929
Receita de Operação e manutenção	74	-
(-) Faturamento	(2.920)	-
	615.634	503.541
Circulante	41.786	41.205
Não Circulante	573.848	462.336
	615.634	503.541

* As receitas de construção e remuneração do ativo de contrato incluem o gross-up de PIS e COFINS na alíquota de 3,65% aplicadas as Companhias de lucro presumido.

7. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores	13.277	21.658
	13.277	21.658

Os valores referem-se substancialmente a materiais e serviços para a obra a serem liquidados até o final do próximo exercício.

8. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os valores mencionados abaixo eram referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital que foram integralizados no exercício de 2023

Data	Valor	Sócio
31 de outubro de 2022	3.000	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
04 de novembro de 2022	2.000	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
11 de novembro de 2022	1.000	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
17 de novembro de 2022	1.000	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
17 de novembro de 2022	1.000	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
28 de novembro de 2022	4.000	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
05 de dezembro de 2022	1.000	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
07 de dezembro de 2022	500	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
09 de dezembro de 2022	1.000	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
13 de dezembro de 2022	10.000	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
	24.500	

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Provisão pré-operacionais

As provisões pré-operacionais são decorrentes dos custos de construção incorridos na fase de implantação, para os quais ainda não houve desembolso financeiro. Tais desembolsos ocorrerão de acordo com negociações comerciais e serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão unitização	7.250	-
Outros	274	79
	7.524	79

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

Instituições Financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú - Debentures	BRL	15/07/2043	IPCA + 7,3879%	78.120	67.439
Banco BTG - Debentures	BRL	29/04/2023	CDI + 2,5%	-	89.403
Banco Safra - CCB	BRL	30/10/2023	Taxa = 3,79% por 360 dias + (TR 100% média diária CDI)	-	4.228
Banco do Nordeste	BRL	30/11/2045	IPCA + 3.2729%	184.700	-
				262.820	161.070

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures

Movimentação 2023

Instituições Financeiras	Saldos em 31/12/2022	Adições	Custo de captação	Encargos de empréstimos, financiamentos e debentures	Amortização de juros	Amortização de principal	Saldos em 31/12/2023
Banco Itaú - Debentures	67.439		2.162	8.519	-	-	78.120
Banco Safra - CCB	4.228	-	-	258	(319)	(4.167)	-
Banco BTG - Debentures	89.403	-	541	3.329	(17.973)	(75.300)	-
Banco do Nordeste	-	175.783	(557)	9.474	-	-	184.700
	161.070	175.783	2.146	21.580	(18.292)	(79.467)	262.820

Movimentação 2022

Instituições Financeiras	Saldos em 31/12/2021	Adições	Custo de captação	Encargos de empréstimos, financiamentos e debentures	Amortização de juros	Amortização de principal	Saldos em 31/12/2022
Banco Itaú - Debentures	-	62.000	(2.096)	7.535	-	-	67.439
Banco Safra - CCB	9.174	-	-	1.113	(1.059)	(5.000)	4.228
Banco BTG - Debentures	133.249	-	1.038	14.505	(4.689)	(54.700)	89.403
	142.424	62.000	(1.058)	23.153	(5.748)	(59.700)	161.070

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Debêntures Banco Itaú

A Companhia celebrou junto ao Banco Itaú a debêntures CVM 476, não conversível, com a taxa IPCA + Spread 7,3879%, para arcar com os custos de implantação do projeto. O financiamento tem obrigações de comprovação de Covenants a partir de 2024. O sistema de amortização é semestral iniciada em janeiro de 2024.

Banco do Nordeste

A Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste o empréstimo, com taxa IPCA + 3.2729% para arcar com os custos de implantação do projeto. O financiamento tem obrigações de comprovação de Covenants a partir de 2024. O sistema de amortização é mensal iniciada em dezembro de 2023.

Debêntures Banco BTG

A Companhia celebrou junto ao Banco BTG a debêntures CVM 476, com taxas de 100% CDI + Spread 2,50%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento não tem obrigações de comprovação de Covenants.

CCB Banco Safra

A Companhia celebrou junto ao Banco Safra o contrato de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 3,79%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento foi liquidado em março de 2023.

Os vencimentos das parcelas de circulante e não circulantes são os seguintes:

	<u>31/12/2023</u>
2024	15.854
2025	2.032
2026	2.108
2027	3.661
2028	4.339
Após 2028	234.827
	<u>262.820</u>

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Garantias

Banco Itaú:

Fiança Corporativa da MEZ Energia e Participações S.A. até o completion financeiro; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da SPE; e (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes da Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviço da Dívida com o valor de uma PMT.

Banco do Nordeste:

(i) Fiança Bancária para 100% do montante do financiamento até o completion financeiro; (ii) Alienação Fiduciária das ações da SPE; (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes da Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviço da Dívida no valor de 3,6% do montante da dívida, e (iv) Equity Support Agreement da MEZ Energia e Participações LTDA.

11. Tributos diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Pis e Cofins	22.520	18.379
Imposto de renda e Contribuição social	18.310	14.943
	40.830	33.322

11.1. Pis e Cofins diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	18.379	7.125
Receita de Implementação de Infraestrutura líquida de Margem	112.067	264.399
Remuneração dos ativos de contrato	2.872	43.929
Receita de operação e manutenção	74	-
Base de cálculo	115.013	308.328
Aliquotas PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Outros	(57)	-
PIS e COFINS diferidos	4.141	11.254
Saldo final	22.520	18.379
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	1.525	-
Não Circulante	20.995	18.379
	22.520	18.379

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados, de acordo com as disposições do CPC 32 São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

a. Impostos diferidos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda diferido	11.889	9.703
Contribuição social diferida	6.420	5.240
IR e CS diferidos (Não circulante)	18.310	14.943

b. Reconciliação da receita (despesa)

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receita operacional líquida	110.755	110.755	297.074	297.074
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	8.860	13.291	23.766	35.649
Alíquotas utilizada para cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	2.215	1.196	5.941	3.208
Outros	(29)	(15)	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	2.186	1.181	5.941	3.208

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito é de R\$ 204.500 dividido em 204.500.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. (R\$ 76.043 dividido em 76.043.000 em 31 de dezembro de 2022 respectivamente).

O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de quotas	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.	204.500.000	204.500	100,00%	76.043.000	76.043	100,00%
	204.500.000	204.500	100,00%	76.043.000	76.043	100,00%

Durante o exercício corrente, os acionistas da Companhia efetuaram aumento de capital, no montante de R\$ 128.457, mediante a emissão de 128.470.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2023, houve um aporte de capital no montante de R\$5.500, efetuado pela Sócia MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., mediante a adiantamento para futuro aumento de capital, que será integralizado durante o exercício de 2024.

	31/12/2023	31/12/2022
(=) Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(98.044)	119.997
(-) Constituição da reserva Legal (5% do lucro líquido)	-	(6.000)
(-) Constituição da reserva de lucros a realizar	-	(113.997)
(-) Absorção de prejuízos	98.044	-
	-	-

Reserva Legal

A reserva legal é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, apurada em cada exercício social, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 9.543 em 31 de dezembro de 2022).

Reserva de lucros a realizar

O lucro apresentado no exercício foi integralmente destinado a reserva de lucros a realizar após deduzir a reserva legal, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76.

Com base na Lei nº 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2023, o montante desta reserva é de R\$ 83.277 (R\$ 181.321 em 31 de dezembro de 2022).

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia um possui saldo com partes relacionadas de R\$551 (R\$ 550 em dezembro de 2022), referente ao compartilhamento de despesas amparado pela RN699 ANEEL.

A remuneração da Alta Administração é desembolsada pela controladora do grupo econômico MEZ Energia e Participações S.A.

14. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita de Implementação de Infraestrutura líquida de Margem	112.067	264.399
Remuneração dos ativos de contrato	2.872	43.929
Receita de operação e manutenção	74	-
	115.013	308.328
(-) PIS sobre receita - corrente	(11)	-
(-) Cofins sobre receita - corrente	(38)	-
(-) PIS sobre receita - diferido	(748)	(2.004)
(-) Cofins sobre receita - diferido	(3.450)	(9.250)
(-) Encargos regulatórios	(11)	-
	(4.258)	(11.254)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	110.755	297.074
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de Implementação de Infraestrutura líquida de Margem	112.067	264.399
Margem de implementação de infraestrutura	(90.559)	98.222
Margem %	9,49%	36,60%

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Custo de implementação de infraestrutura e operação e manutenção

	31/12/2023	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	37.434	85.685
Pessoal	639	372
Material	19.560	3.823
Serviços de terceiros	98.181	41.833
Juros capitalizados	23.081	23.877
Adiantamento a fornecedores	(640)	(481)
Depósitos judiciais	-	239
Servidões	-	2.457
Arrendamentos e Aluguéis	23.109	8.583
Outros	1.262	(211)
	202.626	166.177

Custos referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante os exercícios de 2023 e 2022 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços.

16. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	45	-
	45	-
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.205)	-
Outras despesas financeiras	(91)	(80)
	(1.296)	(80)
	(1.251)	(80)

17. Provisão para ações judiciais

(a) Perdas prováveis:

A adição em provisões para ações judiciais realizadas no exercício de 2023, no valor de R\$130 mil, refere-se, a Ação Civil Pública com pedido de Tutela Provisória proposta pelo Ministério Público Federal, o qual requer a condenação da companhia em obrigação de fazer para realização de consulta às comunidades remanescentes de quilombolas afetadas pela construção da Linha de Transmissão – LT 500 kV Sapeaçu – Camaçari, utilizando como fundamento jurídico o art. 225 da CRFB e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Aduz o risco do empreendimento de promover danos ambientais, como a supressão de manguezais, árvores frutíferas e matas, bem como do risco das pessoas, decorrentes do contato tão próximo com a rede de alta tensão.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Provisão para ações judiciais--Continuação

(b) Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 estavam assim representadas:

- i. Ação de reintegração de posse da área utilizada para implementação da torre de energia da MEZ, no valor de R\$50 mil;
- ii. Ação de reintegração de posse da área utilizada para implementação da torre de energia da MEZ, no valor R\$ 120 mil, e
- iii. Trata-se de agravo de instrumento vinculado à ação de reintegração de posse da área utilizada para implementação da torre de energia da MEZ, no valor R\$ 120 mil.

18. Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	1.915	4.570
Faturamento	2.920	-
Outras	(1.021)	-
Base de cálculo	3.814	4.570
Alíquota IRPJ 25%	954	1.164
IRPJ	954	1.164
Alíquota CSLL 9%	343	428
CSLL	343	428
	1.297	1.591

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Risco de mercado.
- (iii) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

b) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Concessionárias e permissionárias - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros -- Continuação

recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.

As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.

Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas CDI e IPCA estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI e IPCA utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI, IPCA acumulado e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros -- Continuação

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	400	Queda da taxa CDI	52	39	26
Caixa restrito	6.825	Queda da taxa CDI	890	667	445

Demonstra o resultado financeiro para os próximos meses, considerando CDI médio estimado de 13,04% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI e IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
Empréstimos e Financiamentos e debêntures	262.820	Aumento do IPCA	12.142	15.178	18.213
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
CDI %			13,04%	16,30%	19,56%
IPCA %			4,62%	5,78%	6,93%

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

a) **Riscos operacionais**

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia.

Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros – Continuação

Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

a. Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil.

Ativos Financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros – Continuação

b.Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos Financeiros</u>					
<i>Valor justo através do resultado:</i>					
Caixas e equivalentes de caixa	2	1.542	1.542	2.269	2.269
Caixa Restrito	2	6.825	6.825	-	-
<u>Ativos Financeiros</u>					
<i>Custo amortizado:</i>					
Concessionária e permissionária	-	1.753	1.753	-	-
<u>Passivos Financeiros</u>					
<i>Custo amortizado:</i>					
Fornecedores	-	13.277	13.277	21.658	21.658
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	262.820	262.820	161.070	161.070

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2023 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Seguradora:	Swiss Re Corporate Solutions Brasil seguros S.A.
Apólice:	059912020005107750015257000000
Tipo:	Executante construtor
Modalidade:	Seguro Garantia
Valor segurado*:	R\$ 25.893.000,00
Valor do prêmio*:	R\$ 1.019.403,86
Período de vigência:	20/03/2020 a 18/06/2025
Seguradora:	Berkley International do Brasil Seguros S.A.
Apólice:	1006700042593
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Risco de engenharia
Valor segurado*:	R\$ 187.230.361,62
Valor do prêmio*:	R\$ 167.584,92
Período de vigência:	01/03/2021 a 31/12/2024

Contador

Pablo Fernandes da Silva
CPF: 376.870.978-74
CRC: 1SP 292416/O-3

CEO

Mauricio Zarzur
CPF: 367.159.508-65

DIRETOR

Thiago Pereira Gontad
CPF: 415.189.398-99